

BOLETIM 64

Brasília, 18 de fevereiro de 2016

Governo insistirá na reforma da Previdência; Centrais defendem prioridade para o crescimento

Apesar de ainda não ter uma proposta fechada e de assistir, passiva, aos embates entre seus auxiliares, a presidente Dilma Rousseff afirmou a líderes da base aliada, em reunião no Palácio do Planalto, que dentro de 60 dias enviará ao Congresso o projeto para a reforma da Previdência Social. “Farei isso com ou sem consenso político”, afirmou ela. A interlocutores, a presidente defende que a reforma, ansiada pelos investidores, será seu grande “legado” para o país. Enquanto isso, as Centrais Sindicais já foram unânimes em sua posição: o momento é de dar prioridade às propostas com o objetivo de retomar o crescimento econômico e a empregabilidade no país.

Mas não será fácil para o Palácio do Planalto cumprir o prazo. Há um racha declarado sobre o tema entre os ministros da Fazenda, Nelson Barbosa, e do Trabalho e Previdência, Miguel Rossetto. O chefe da equipe econômica acredita que, mesmo contrariando os partidos da base aliada, sobretudo o PT, e as centrais sindicais, o projeto de reforma é importante para recuperar o mínimo de confiança em relação ao governo. Já



Rossetto e Barbosa: divergências na condução das reformas

Rossetto defende que o assunto seja conduzido com cautela, sem atropelos.

Entre as propostas que Barbosa apresentou ontem na terceira plenária do Fórum de Debates de Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e de Previdência Social, está a unificação do sistema, com definição de idade mínima para os trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos. A aposentadoria por idade — 60 anos para mulheres e 65 para homens — passaria a valer a partir de 2027.

Dizendo-se aberta ao diálogo com a base aliada, a presidente pediu que os deputados convençam os parlamentares da importância de se modificar as regras da aposentadoria. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que o governo pretende fazer um “pacto de crescimento” com congressistas para que consigam aprovar uma agenda positiva para o país.

“Sinalizamos, por sugestão dos líderes, a nossa disposição em fazer um pacto pelo crescimento. Primeiro, é não aumentar despesas e, a partir daí, discutir a qualidade do gasto público”, disse Guimarães. Após receber 24 líderes e vice-líderes, a presidente almoçou com ministros da

coordenação política para tratar da reforma da previdência. Não está prevista a participação de Dilma no fórum de hoje, mas ela quer que o assunto seja acompanhado de perto pelos subordinados.

Rebelião - Dilma já foi avisada que as centrais sindicais serão um grande empecilho para a reforma da Previdência. Dirigentes das duas maiores entidades já se posicionaram contra a matéria e prometem fazer paralisações em fábricas e manifestações pelo país como forma de alertar a sociedade para as intenções do governo “de retirar direitos dos trabalhadores”.

(Veja, na edição de amanhã do **BOLETIM DA CONTRICOM**, matéria completa sobre a reunião do Fórum de Debates de Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e de Previdência Social, ocorrida nesta quarta-feira (17), no Palácio do Planalto, entre ministros do Governo, representantes de Centrais Sindicais e empresários, da qual participou o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, na condição de vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST).

Aposentados protestam contra idade mínima na aposentadoria

Dezenas de integrantes do Sindicato Nacional dos Aposentados promoveram, ontem, uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto contra a reforma da Previdência. Eles começaram a manifestação minutos antes de o governo dar



início, no Planalto, à terceira reunião do Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, em que pretende discutir formas de dar sustentabilidade à Previdência Social.

Faixas com assinatura do sindicato pediam fim da injustiça e propagavam mensagens como: Aposentados lutando por aumento real acima do mínimo, fim do imposto de renda, desaposentação, primeira parcela do 13º em junho, manutenção das farmácias populares.

Por alguns minutos, os manifestantes chegaram a bloquear a via em frente ao prédio do Palácio do Planalto, mas, depois, eles se posicionaram no gramado atrás do Congresso Nacional, e lá permanecerão até o término da reunião fórum de debates.

Fonte: Correioweb



Especialista diz que “reforma da Previdência é para atender mercado e ajuste fiscal”

Em entrevista à revista “Brasileiros”, a Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, ressalta que o objetivo de tanta pressão por uma “reforma” é “cortar gastos para dar uma satisfação ao mercado, que cobra o ajuste fiscal. Nada é dito sobre os gastos com juros, que entre janeiro e dezembro de 2015 custaram R\$ 450 bilhões [os dados finais apontam que o total em 2015 chegou em R\$ 501 bilhões], o equivalente a 8,3% do PIB. Ocorre que o governo fez enormes desonerações desde 2011. Em 2015, chegaram a um valor estimado em R\$ 282 bilhões, equivalente a 5% do PIB, sendo que 51% dessas renúncias foram de recursos da Seguridade Social. Essas desonerações não produziram o resultado previsto pelo governo, que era o de elevar os investimentos. Apenas se transformaram em margem de lucro”.

Segundo a economista, não existe déficit algum, pelo contrário: há superávit na Previdência. “O artigo 195 da Constituição diz que a Seguridade Social será financiada por contribuições do empregador (incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro), dos trabalhadores e do Estado. Mas o que se faz é um cálculo distorcido. Primeiro, isola-se a Previdência da Seguridade Social. Em seguida, calcula-se o resultado da Previdência levando-se em consideração apenas a contribuição de empregadores e trabalhadores, e

dela se deduz os gastos com todos os benefícios”, explica a professora.

Portanto, se considerarmos, como manda a Constituição, receitas como a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e as receitas de concursos de prognóstico (resultado de sorteios, como loterias e apostas), obtém-se superávit de R\$ 56 bilhões em 2014. Mas se contarmos apenas a contribuição do empregador e empregado, houve déficit de R\$ 87 bilhões de janeiro a novembro de 2015.

Para Gentil, “É incrível que a burocracia estatal e uma parte da sociedade (o “mercado”) se preocupe tanto com o que acontecerá daqui a 50 anos. Subitamente, elas foram acometidas por um senso de responsabilidade com o futuro que não dedicam à educação, segurança, saúde”, ironiza.

Fonte: Revista Brasileiros

Candidato de Cunha é derrotado para a liderança do PMDB na Câmara

Aliado do Palácio do Planalto, o atual líder do PMDB na Câmara, deputado Leonardo Picciani (RJ), foi reeleito nesta quarta-feira (17) para um mandato de mais um ano à frente da bancada. Com 37 votos favoráveis, ele derrotou o deputado Hugo Motta (PMDB-PB), que contava com o apoio do presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e recebeu 30 votos. Dois deputados votaram em branco.

O placar de reflete a divisão interna da bancada, com uma ala pró-Dilma e outra favorável ao seu afastamento, apesar de o PMDB ter uma



Picciani era o candidato favorito do Palácio do Planalto

aliança com o PT, ocupando a Vice-presidência da República e outros seis ministérios. Os deputados Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Marinha Raupp (PMDB-RO) não compareceram à reunião que definiu o novo líder. Ao ser reeleito, no entanto, Picciani falou em união da bancada. "A vitória é de toda a bancada do PMDB, que vai caminhar junta", declarou. Por ser o maior partido dentro da Câmara, a disputa pelo comando da bancada ganhou maiores proporções nos últimos dois meses porque está em jogo o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, assim como a tramitação de projetos de interesse de governo.

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, chegou a se licenciar do cargo para reassumir o mandato de deputado na Câmara e reforçar os votos a favor de Picciani. Ao chegar no plenário de votação, ele foi recebido por um protesto que teve "chuva" de papéis com a estampa do mosquito *Aedes aegypti*. O ato, organizado pelo Solidariedade, aliado de Cunha, é uma crítica por ele ter deixado a pasta em meio à crise do vírus da zika, transmitido pelo *Aedes*.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Governo promove novos cortes no Orçamento

Em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), o governo publicou na sexta-feira (12) o Decreto nº 8.670, com a Programação Orçamentária e Financeira para o ano de 2016, limitando as despesas mensais em 1/18 por mês, de janeiro a março, do Orçamento do ano. Em valores, as despesas do governo federal ficam limitadas a R\$ 146.607.513.121,00 – arredondando, R\$ 146,6 bilhões. Isso significa um corte em custeio e investimento, pior do que se não houvesse orçamento, quando, então, valeria o 1/12 (o duodécimo). O contingenciamento definitivo deverá ser anunciado em março.

De acordo com o documento, "o limite de despesas obrigatórias constante do decreto não se aplica às despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais, com juros e encargos da dívida, amortização da dívida, despesas financeiras".

Só no ano passado, o setor público transferiu R\$ 501.785.916.373,096 em juros para os bancos (R\$ 428,228 bilhões do governo federal). Em reunião da Junta Orçamentária, falou-se em contingenciamento de R\$ 16 bilhões, R\$ 20 bilhões ou R\$ 30 bilhões este ano, sobre o contingenciamento de R\$ 80 bilhões do ano passado – mais precisamente, R\$ 79.481.051.776,00.

Em setembro de 2015, o governo anunciou um ajuste fiscal para 2016 no valor de R\$ 64,9 bilhões, dos quais R\$ 26 bilhões de cortes orçamentários e R\$ 38,9 bilhões por aumento de impostos, sobretudo a CPMF, que já consta do Orçamento, mesmo não ter sido aprovada.



Com um corte de R\$ 26 bilhões não vai sobrar praticamente nada para investimentos. É quase três vezes o total de investimentos orçamentários de 2015 (R\$ 9,6 bilhões). Somados com os restos a pagar (R\$ 29,3 bilhões), isto é, com atrasados de orçamentos de anos anteriores, foram efetivamente pagos R\$ 38,9 bilhões dos investimentos orçamentários no ano passado.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

CNC: quase 100 mil lojas fecham as portas em 2015

O fechamento de lojas do varejo brasileiro atingiu 95,4 mil estabelecimentos em 2015, informou a Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC) avaliando que o setor está “diante da maior crise registrada nos últimos 15 anos”.

O balanço representa, em volume, uma retração de 13,4% no número de estabelecimentos que empregam ao menos um trabalhador, no confronto com o mesmo período de 2014.

“O levantamento evidencia a dimensão da crise no varejo, que afetou todos os setores, inclusive os grandes, que, teoricamente, têm mais capacidade de enfrentar o quadro recessivo. Além disso, chama a atenção porque ela está presente praticamente no País inteiro”, avalia Fabio Bentes, economista da CNC.

O fechamento de lojas está diretamente associado à queda no volume de vendas provocada pelo desemprego e altas dos preços e custos, diz a entidade.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Preços dos alimentos disparam em janeiro e inflação atinge 10,71%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro, que mede a inflação oficial, atingiu 1,27%, acima da taxa de 0,96% registrada no mês de dezembro. Trata-se da taxa mensal mais alta para o mês de janeiro desde 2003, quando atingiu 2,25%, divulgou o IBGE, no dia 5 de fevereiro. A taxa dos últimos 12 meses ficou em 10,71%, acima dos 10,67% dos 12 meses imediatamente anteriores, o resultado mais elevado desde novembro de 2003 (11,02%).

Segundo o IBGE, Alimentação e Bebidas com alta de 2,28%, e Transportes, com 1,77%, grupos de maior peso na despesa das famílias, foram responsáveis pela maior parte do resultado do IPCA do mês de janeiro. Nos últimos doze meses, os preços dos alimentos registram aumento de 12,90%.

Alguns alimentos tiveram alta expressiva, entre tantos que mostraram crescimento de preços de dezembro para janeiro: cenoura (32,64%), tomate (27,27%), cebola (22,05%) e batata-inglesa (14,78%).

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Ford, Volks e Mercedes deixam milhares de metalúrgicos à beira do desemprego

A montadora Ford anunciou que irá suspender o contrato de trabalho (layoff) de cerca de 1,8 mil trabalhadores na fábrica de Camaçari (BA), por cinco meses. A empresa já havia afastado o conjunto dos 8 mil metalúrgicos da fábrica, por meio de “férias coletivas”, desde a semana passada, dia 8, e seguirão até o dia 29 deste mês.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim, além do layoff e das férias coletivas, a montadora americana abriu um programa de demissão voluntária (PDV), que já atingiu 347 trabalhadores.

Conforme a entidade, no ano passado, a produção na fábrica baiana, de 186 mil carros, foi 15% inferior ao previsto, e este ano a previsão é de queda de 10%.

A partir de quarta-feira, 17, a Mercedes-Benz e Volkswagen também afastarão trabalhadores em São Bernardo do Campo.

A Mercedes-Benz dará licença remunerada por tempo indeterminado a 1,5 mil trabalhadores. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, a montadora irá avaliar somente em maio se os trabalhadores retornarão ao trabalho.

Já a Volkswagen suspenderá os contratos de mais 800 funcionários, após período de 20 dias de férias coletivas iniciado dia 10. A unidade da montadora alemã já tem outros 1,2 mil operários com os contratos suspensos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Idosos podem contratar planos de saúde sem limite de idade

As empresas de plano de saúde podem estar impedidas de criar cláusulas contratuais que definam limite de idade para a contratação do serviço.

Isto porque o Procon entrou com uma ação para garantir que os idosos possam contratar planos de saúde.

Entre as empresas citadas na ação estão a Amil, a Assim Saúde e a Unimed-Rio, além das administradoras Qualicorp e Allcare.

De acordo com o Procon, os planos de saúde agem ilegalmente quando dificultam o acesso dos consumidores da terceira idade à assistência média e exigem, previamente, uma avaliação antes de aceitar o cliente.

As operadoras geralmente começam a negar clientes a partir dos 58 anos de idade.

O Procon pede, ainda, na ação, multa diária de R\$ 50 mil, em caso de descumprimento de uma possível decisão favorável aos consumidores.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)